Ofício GAB 078/2025
Vargem Alegre, 29 de setembro de 2025
Origem: Gabinete da prefeita municipal de Vargem Alegre.
Referência: Ofício CMVA/036/2025 (Pedido de Informação 09/2025 e Pedido de Providência 024/2025).

Excelentíssimo Senhor Presidente Nicodemos Machado Campos.

Primeiramente, os nossos cordiais cumprimentos!

O prazo legal de 30 (trinta) dias para prestar as informações foi atendido, uma vez que o Ofício CMVA/034/2025 foi recebido em 18/09/2025, não restando dúvidas acerca da tempestividade desta resposta (art. 43, inciso XIII, LOMVA[1]) (art. 43 - Compete privativamente ao Prefeito: (...) XIII - prestar, **dentro de trinta (30) dias**, as informações solicitadas pela Câmara).

Sem rodeios, eis as respostas do **Pedido de Informação 09/2025 (tempo integral e direção escolar)**:

I – "Com vistas ao disposto na Portaria MEC nº 605/2025, requer informação quanto a implantação do tempo integral de educação na rede pública municipal. Ainda, requer informação quanto à nomeação da Diretora escolar, com vistas na exigência do Governo Federal para recebimento de repasses da União": o Município de Vargem Alegre já contempla o tempo integral de educação, conforme os termos do Decreto Municipal 033/2024. No calendário de 2024, foram atendidos 30 (trinta) alunos, divididos em 02 (duas) turmas, sendo uma de 15 (quinze) alunos no período matutino e outra de 15 (quinze) alunos no vespertino. Houve a contemplação de mais 30 (trinta) alunos no final de 2024, perfazendo um total programático de 60 (sessenta) alunos para o ano 2025. Infelizmente, não foi possível realizar tal atendimento no corrente ano, devido à falta de número suficiente de servidores professores. Por outro lado, a política do tempo integral permanece em vigor e os recursos recebidos estão sendo utilizados na cobertura do pátio da Escola Municipal Sebastião Machado dos Reis e na compra de materiais escolares e pedagógicos, visando a melhoria do suporte material das aulas do tempo integral para o próximo ano. Por fim, quanto à nomeação de diretor escolar, considerando a defasagem estatutária e salarial do cargo – frise-se de muitos anos – e as elevadas exigências e responsabilidades da função, é uma dificuldade real e insuperável a escolha regular de profissional devidamente habilitado e com expressa e inequívoca vontade de assumir tal encargo. Todavia, cada unidade escolar da rede pública municipal possui uma coordenação técnica e pedagógica com capacidade suficiente para representação institucional e direção. Inclusive, para ilustrar o aqui narrado, é fato incontroverso a inexistência de servidores interessados e qualificados para habilitação nos processos de seleção de diretor escolar, mesmo diante da deflagração pública da seleção (documentos anexos).

Por fim, eis os esclarecemos do **Pedido de Providência 24/2025 (lombadas o final da Rua Manoel Inácio de Oliveira)**: a providência será programada, na reserva do possível.

Atenciosamente,

Maria Cecília Costa Garcia
Prefeita Municipal de Vargem Alegre

Urlênise Fernandes Campos Franco Almeida
Secretária Municipal de Educação

Welington Marciano de Oliveira
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

Recebi 30/09/2025

[1] *Vide* <https://cmva.mg.gov.br/index.php/acesso-info/documentos-principais/lei-organica>.

Anexo I

Decreto n. 33 de 19 de abril de 2024.

Institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Vargem Alegre e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Vargem Alegre, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que nos termos do art. 205 da Constituição da República de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e, ainda, que a educação infantil será organizada de acordo com regras comuns, entre elas o atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

Considerando que em relação ao ensino fundamental a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, estabelece que a jornada escolar incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, estabelecendo, também, que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino;

Considerando que a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação, estabelece em sua Meta 06 o compromisso de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, meta esta ratificada no Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei n.º 472 de 25 de junho de 2015;

Considerando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e a implementação das estratégias objeto do Plano Nacional de Educação, sendo cabível aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao
alcance das metas previstas no Plano Nacional de Educação, inclusive para a oferta de educação em tempo integral;

Considerando que a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral com a finalidade, entre outras, de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

Considerando que o Programa Escola em Tempo Integral também tem entre suas finalidades promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral, melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes e, ainda, fortalecer a colaboração da União com estados e municípios para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação;

Considerando que o Município aderiu e pactuou metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, nos termos previstos na Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023;

Considerando que nos termos previstos no art. 6º da Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023, no ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometeram-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação;

Considerando que a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, a qual regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, estabelece diferenças e ponderações entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, inclusive para fins de complementações do FUNDEB e

para estabelecer os valores de referência para as pactuações realizadas nos termos da Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023;

Considerando que a Portaria MEC n.º 2.036 de 23 de novembro de 2023, estabeleceu as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabeleceu ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;

Considerando os fundamentos pedagógicos imprimidos na BNCC - Base Nacional Comum Curricular, os quais propõem a ampliação das dimensões do conhecimento, com o objetivo de consolidar, aprofundar, ampliar a formação integral, contribuindo para a realização dos projetos de vida dos estudantes, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania;

Considerando os trabalhos realizados para a elaboração da Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município, em especial o Documento de Elaboração e respectivo Plano de Fases, o qual contou com a participação de diversos segmentos da comunidade escolar, inclusive conselhos de controle social, a saber CME, FUNDEB e CAE, além de secretarias municipais de áreas diversas, nas etapas de discussão dos problemas, elaboração do diagnóstico, construção de soluções e do Plano de Fases, para fins de elaboração da respectiva Política;

Decreta:

Art. 1º Fica instituída, em âmbito municipal, a Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral nas escolas da rede municipal de ensino na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. A Política de Educação em Tempo Integral será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, a qual contará com o apoio do Conselho Municipal de Educação como foro de acompanhamento e participação, além dos demais segmentos da comunidade escolar, com vistas a fortalecer os processos democráticos de gestão pública educacional.

Art. 2º Para fins de implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral instituída nos termos do presente Decreto, o Município observará, além das disposições previstas no art. 1º, os Planos Nacional e Municipal de Educação, a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023, Portaria MEC n.º 2.036 de 23 de

novembro de 2023 e suas respectivas alterações posteriores, além das respectivas legislações aplicáveis, conforme o caso.

Parágrafo único. A implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral dependerá do regime de colaboração federativa e assegura, nos termos da Constituição da República de 1988 e da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a autonomia da rede municipal de ensino.

Art. 3º A Política de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do presente Decreto, observará as seguintes diretrizes:

I - Educação integral em tempo integral: expansão das matrículas e escolas em tempo integral deverá ser orientada pela concepção da educação integral, na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e Política);

II - Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos: referencial que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa cientifica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

III - Turno único, direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral: superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno, para se priorizar o turno único, visando a um currículo integrado e integrador de experiências, comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

IV - Priorização de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica: priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros;

V - Articulação intersetorial: articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;

VI - Melhoria da infraestrutura: melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VII - Valorização e formação dos profissionais da educação: melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral:

VIII - Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação: educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar, com o estabelecimento de metas e de estratégias que promovam a redução de desigualdades étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da educação bilíngue de surdos, o público-alvo da educação especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas;

IX - Atendimento a modalidades especiais: atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, considerando as respectivas diretrizes curriculares e outras normativas;

X - Participação ativa estudantil e integração com o território: participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia, bem como a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento e da mobilização de seus saberes e práticas socioculturais.

Art. 4º Nos termos da Política de Educação em Tempo Integral, instituída por meio do presente Decreto, consideram-se:

I - Educação integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política) a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;

II – Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a

35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo;

III - Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, continuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito.

Art. 5º Além das diretrizes previstas no art. 3º, são partes integrantes do presente Decreto e referenciais para fins de implementação e execução das ações referentes à Política de Educação em Tempo Integral, nas escolas integrantes da rede municipal de ensino, o *"Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral"* e o respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, inclusive para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral.

Art. 6º Para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação deverá considerar as ações a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, além de priorizar as seguintes estratégias pedagógicas e de organização da rede que deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem:

I – Estratégias Pedagógicas:

a) Adequar a Matriz;
b) Adequar o Projeto Político Pedagógico – PPP;
c) Capacitar Equipes.

II – Estratégias para organização da rede:

a) Adequar horários de aulas;
b) Adequar horários do transporte escolar;
c) Contratar Profissionais;
e) Reformar Espaços;
f) Ampliar Espaços;
g) Aquisição de materiais.

Art. 7º A implementação das ações inerentes à Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com recursos das seguintes fontes de financiamento:

I - Recursos do Programa Escola em Tempo Integral, instituído nos termos da Lei 14.640 de 31 de julho de 2023;

II - Recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino;

III – Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

IV – Recursos da Quota Municipal do Salário-Educação;

V – Recursos do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola em suas diversas modalidades;

VI – Recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes, parcerias ou instrumentos congêneres, inclusive com entidades privadas.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação deverá buscar todos os meios para adequação aos requisitos e exigências legais necessários à ampliação dos recursos oriundos de fundos de manutenção e desenvolvimento do ensino e de programas federais e estaduais destinados à alimentação escolar, transporte escolar e às atividades educacionais complementares.

§ 2º Com o objetivo de ampliar os recursos mencionados no *caput* deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá informar no Censo Escolar INEP, nos termos exigidos pelo respectivo sistema, as escolas que têm matrículas de alunos em tempo integral.

Art. 8º Considerando as ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, a ampliação de matrículas de tempo integral em âmbito municipal, será implementada, respectivamente, na unidade escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Rosalvo Machado Neves.

Parágrafo único. A ampliação de matrículas de tempo integral nas respectivas unidades escolares municipais, deverá ocorrer de modo a priorizar estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, observadas as diretrizes previstas no art. 3º do presente Decreto.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação deverá adotar junto aos demais setores municipais, inclusive o serviço de direção escolar, as medidas para engajamento, mobilização, planejamento e execução das ações necessárias à ampliação de matrículas de tempo integral nas unidades escolares municipais, em especial:

I - Verificação e organização dos quadros de profissionais da educação, para fins de adequada organização e distribuição da força de trabalho disponível e/ou adoção de outras medidas necessárias;

II - Levantamento das rotas e horários do serviço de transporte escolar, verificando a necessidade de adequações de itinerários e/ou horários, além da eventual necessidade de medidas complementares para atender à logística das atividades escolares em tempo integral;

III – Reorganização dos serviços de oferta de alimentação escolar;

IV - Organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, inclusive levantamento da demanda de materiais didáticos e de outra natureza, necessários para realização das atividades do tempo integral;

V – Definição de diretrizes e desenho da matriz curricular, considerando as atividades que poderão ser ofertadas no contexto local, de acordo com as peculiaridades, limitações, possibilidades, características culturais, sociais e outras, sempre reconhecendo e garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem;

VI - Orientação às escolas para revisão e atualização dos projetos político-pedagógicos.

Art. 10 A implementação das ações previstas na Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com a articulação junto aos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Conselho Municipal de Educação;
IV – Conselho do FUNDEB;
V – Conselho de Alimentação Escolar;
VI - Comunidade escolar (pais, professores, especialistas, diretores e profissionais da educação);
VII - Associações Comunitárias, Clubes, etc;
VIII– Demais seguimentos constantes no Plano de Fases.

Art. 11 A articulação para implementação das ações previstas na Política de Educação em Tempo Integral, deverá considerar, ainda, as características do território municipal, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local.

Art. 12 A Política de Educação em Tempo Integral deverá ser objeto de monitoramento e avaliação permanentes, a qual contará com estratégias e indicadores para acompanhamento do programa de tempo integral ofertado nas escolas, para fins de monitorar e avaliar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades ofertadas no Programa.

§1º. O Conselho Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições de controle social, deverá, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, proceder à avaliação das ações implementadas e executadas no âmbito da

Política de Educação em Tempo Integral, em especial no que se refere aos seguintes indicadores:

I - Adequação dos espaços e tempos escolares para as atividades do tempo integral;

II - Adequação do serviço de transporte escolar;

III - Qualificação dos profissionais da educação envolvidos nas atividades de tempo integral;

IV - Integração das atividades do tempo integral com as demais disciplinas curriculares;

V - Adequação com o PPP – Projeto Político Pedagógico;

VI - Contribuição e diversificação das atividades ofertadas;

VII - Contribuição das atividades ofertadas para a melhoria dos indicadores de evasão, abandono, repetência e distorção idade-série;

VIII – Contribuição para a melhoria do padrão de qualidade do ensino ofertado pelas unidades escolares municipais.

§ 2º O monitoramento e a avaliação permanentes serão regulamentados em instrumento próprio a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e homologado pelo Conselho Municipal de Educação, no qual constará as demais diretrizes para o referido procedimento.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogadas as disposições em contrário.

Vargem Alegre/MG,19 de abril de 2024.

MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682

Assinado de forma digital por MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Dados: 2024.04.19 13:54:13 -03'00'

Maria Cecilia da Costa Garcia
Prefeita Municipal

Interessado: Secretaria Municipal de Educação		**UF:** MG
Assunto: Solicitação de manifestação sobre a adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640 de 31 de julho de 2023 e apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.		
Relator: Conselheiro (a) Maria José Ubaldino da Silveira		
Processo: 01 PLENO/2024		
Parecer n.º: 001/2024	**Colegiado:** PLENO	**Aprovado em:** 25/04/2024

I - HISTÓRICO:

Por meio do Ofício n.º 14/2024, de 23 de abril de 2024, a Secretaria Municipal de Educação submeteu a este Conselho pleito relativo à adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, bem como a apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.

Foram encaminhados, além do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024, o "Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral" e o respectivo "Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral", os quais subsidiaram a construção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

A questão, vale destacar, encontra previsão no art. 6º da Portaria n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023, a qual dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências, nos seguintes termos:

> *"Art. 6º No ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometem-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,* ***junto ao seu respectivo Conselho de Educação.***" (destaque nosso)

Tal determinação legal, portanto, justifica a presente análise por este Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições de assessorar e deliberar sobre os assuntos da educação básica pública municipal, em observância, também, ao princípio da gestão democrática do ensino.

II - MÉRITO:

A Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação, estabelece em sua Meta 06 o compromisso de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, meta esta ratificada no Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei n.º 472 de 25 de junho de 2015.

Já a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, por sua vez, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral com a finalidade, entre outras, de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Em decorrência do Programa de Tempo Integral criado pela Lei 14.640/2023, o Município aderiu e pactuou metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, nos termos previstos na Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023, comprometendo-se, ainda, a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação.

Além disso, conforme orientações do Ministério da Educação, os entes federados, ao definirem suas diretrizes e normativas referentes à oferta de educação integral em tempo integral, devem inserir, no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, a comprovação da existência de Política de Educação Integral, que se dará por meio do upload da publicação da referida normativa, no órgão municipal destinado às publicações dos atos oficiais e, pelo upload do arquivo que contém a norma publicada, em ato exarado pelo Conselho Municipal de Educação, referente à mesma.

Neste sentido, foi encaminhado o Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024, o qual instituiu a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município.

Considerando a diretrizes constantes da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, é possível observar a atual vigência de regulamentação da referida política educacional no Município, em conformidade com a mencionada Lei, o que se deu por meio do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024 que, por sua vez, estabelece que a referida Política observará as seguintes diretrizes:

> *"I - Educação integral em tempo integral: expansão das matrículas e escolas em tempo integral deverá ser orientada pela concepção da educação integral, na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e Política);*
> *II - Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos: referencial que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa cientifica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;*
> *III - Turno único, direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral: superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno, para se priorizar o turno único, visando a um currículo integrado e integrador de experiências, comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;*
> *IV - Priorização de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica: priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros;*
> *V - Articulação intersetorial: articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;*

VI - Melhoria da infraestrutura: melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VII - Valorização e formação dos profissionais da educação: melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral:

VIII - Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação: educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar, com o estabelecimento de metas e de estratégias que promovam a redução de desigualdades étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da educação bilíngue de surdos, o público-alvo da educação especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas;

IX - Atendimento a modalidades especiais: atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, considerando as respectivas diretrizes curriculares e outras normativas;

X - Participação ativa estudantil e integração com o território: participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia, bem como a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento e da mobilização de seus saberes e práticas socioculturais."

Salienta-se, na mesma direção, que por meio do Decreto Municipal n.º 33 de 29 de agosto de 2022 o Município homologou sua respectiva adesão ao Currículo de Referência de Minas Gerais, determinando à Secretaria Municipal de Educação, a adoção das medidas e providências necessárias para que as escolas da rede municipal adequassem seus respectivos projetos políticos pedagógicos e planos de aulas dos professores, de modo a contemplar as diretrizes previstas no Currículo Referência de Minas Gerais.

Neste aspecto, quanto ao Currículo Referência de Minas Gerais, a Resolução CEE n.º 481/2021, em seu art.19, inciso III, ressalta que o respectivo Currículo contempla como um dos eixos estruturadores que o fundamenta, "Currículo e Educação Integral", nos seguintes termos:

> *"Art. 19 - O CRMG está fundamentado nos seguintes eixos estruturadores:*
> *I - Sujeitos e seus Tempos de Vivência;*
> *II - Direito à Aprendizagem;*
> ***III - Currículo e Educação Integral;***
> *IV - Escola Democrática e Participativa;*
> *V - Equidade, Diversidade e Inclusão;*
> *VI - Currículo e Formação Continuada dos profissionais da educação;*
> *VII - Currículo e Avaliação das Aprendizagens."* (destaque nosso)

Com os presentes fundamentos, ao voto.

III - VOTO DO RELATOR:

A relatora Maria José Ubaldino da Silveira, após a apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024, bem como do "Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral" e respectivo "Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral", vota favoravelmente à adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, manifestando-se, da mesma forma, favorável à Política Municipal de Educação em Tempo Integral, objeto do presente Parecer.

É como voto. À consideração do Plenário deste egrégio Conselho Municipal de Educação.

Vargem Alegre, 25 de abril de 2024.

Conselheiro (a): Maria José Ubaldino da Silveira – Relatora

IV – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário aprova por unanimidade o voto da relatora.

Vargem Alegre, 25 de abril de 2024.

Conselheiros:

Keila Alves da Silva Lopes
Gláucia Nepomuceno Silva Gomes
Simone Alves da Silva Tavares
Marcia de Souza Pereira
Maria José Ubaldino da Silveira
Aparecida Soares de Faria
Luciene Ferreira Santos Marçal
Wilma Nunes de Paula

Ofício n.º 014/2024

De: Secretaria Municipal de Educação
Para: Conselho Municipal de Educação
Assunto: Encaminhamento da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.
Data: 22/04/2024

Digníssima Senhora Presidente do Conselho Municipal de Educação;
Digníssimos Conselheiros;

Com cordiais cumprimentos, encaminhamos a este egrégio Conselho Municipal de Educação, para fins de apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, o Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.

Encaminhamos, na oportunidade, a documentação que subsidiou a construção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, quais sejam, o "Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral" e o respectivo "Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral",

Certos da atenção merecida, antecipamos nossos agradecimentos renovando protestos de respeito e consideração.

Urlênise Fernandes Campos Franco Almeida
Secretária Municipal de Educação

Recebido:
22/04/24

Scanned with CamScanner

Oficio n.º01/2024
De: Conselho Municipal de Educação
Para: Secretária Municipal de Educação
Assunto: Ref. Of. 14/2024. - Parecer CME n.º 01/2024, apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.
Data: 25/04/2024

Digníssima Senhora Secretária Municipal de Educação;

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta ao teor da solicitação formulada por meio do expediente em referência, encaminhamos Parecer CME n.º 01/2024 de 24 de abril de 2024, que aprovou a Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024.

Colocamo-nos, desde já, à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários, e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Gláucia Neme Silva Gomes
Presidente
Conselho Municipal de Educação

Scanned with CamScanner

ATA DE REUNIÃO DO CME – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Aos 25 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, os membros do Conselho Municipal de Educação se reuniram para analisar o Processo n.º 01PLENO/2024, cujo assunto é a manifestação sobre a adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640 de 31 de julho de 2023 e apreciação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024. O processo em questão tem como interessada a Secretaria Municipal de Educação, conforme ofício de encaminhamento n.°012024. Os Conselheiros analisaram a documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação, verificando o Decreto Municipal n.º 33 de 19 de abril de 2024. O "Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral" e o respectivo "Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral", os quais subsidiaram a construção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral. Após a análise dos documentos, foi possível constatar a viabilidade da adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, manifestando-se, da mesma forma, favorável à Política Municipal de Educação em Tempo Integral. Registradas essas constatações, passou-se à leitura do Parecer de relatoria da Conselheira Maria José Ubaldino da Silveira, representante do segmento de especialistas educacionais. Após a Leitura do Parecer, os Conselheiros presentes tomaram conhecimento do voto do relator, o qual foi no sentido aprovação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral. O parecer, então, foi levado à consideração do Plenário do Conselho Municipal de Educação, ocasião em que o mesmo foi votado e aprovado, por unanimidade dos Conselheiros presentes. Ficou decidido que o Conselho Municipal de Educação deverá publicar o extrato do presente parecer e enviar cópia do mesmo à Secretaria Municipal de Educação, Nada mais havendo a tratar, eu, Gláucia Neme Silva Gomes lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Gláucia Neme Silva Gomes.
Keila Alves da Silva Lopes
Simone Alves da Silva Tavares
Emércia de Souza Pereira
Maria José Ubaldino da Silveira
Lucimar Lires de Faria
Luciene Ferreira Santos Marçal
Wilma Nunes de Paula

Scanned with CamScanner

ESCOLA em Tempo Integral | Vargem Alegre - MG

Declaração de matrículas

Resumo dos quantitativos pactuados no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral pelo ente federativo no ciclo, para o ano 2025:
Quantitativo total de matrículas pactuadas 2025:

Anos iniciais do Ensino Fundamental – 30 vagas

Indique na tabela seguir o número de matrículas em tempo integral efetivamente criadas conforme sua distribuição na etapa: **Anos iniciais do Ensino Fundamental**.

INEP	ESCOLA	DECLARAR MATRÍCULAS 2025
31273422	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO MACHADO DOS REIS	30

Destas matrículas, há alguma na modalidade em:

( ) Educação Especial, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:_

( ) Educação Escolar Quilombola Geral, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:____

( ) Educação Escolar Quilombola Geral Especial, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:_____

( ) Educação Escolar Indígena Geral, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:__

( ) Educação Escolar Indígena Geral Especial, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:___

( ) Educação do Campo Geral, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:

( ) Educação do Campo Geral Especial, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:

( ) Educação Bilíngue de Surdos Geral, caso afirmativo, quantas matrículas criadas:____

- **Vale ressaltar que, é necessário no mínimo 200 (duzentos) dias letivos, sendo no mínimo 7 (sete) horas diárias e interruptas.**

gov.br Documento assinado digitalmente
URLENISE FERNANDES CAMPOS FRANCO ALME
Data: 30/04/2025 14:20:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ESCOLA em Tempo Integral

Vargem Alegre - MG

Declaração de matrículas

Resumo dos quantitativos pactuados no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral pelo ente federativo no ciclo, para o ano 2024:

Quantitativo total de matrículas pactuadas 2024: 30

Pré-escola: 20

Indique na tabela seguir o número de matrículas em tempo integral efetivamente criadas conforme sua distribuição na etapa: **Pré-escola**.

INEP	ESCOLA	DECLARAR MATRÍCULAS 2024
31363278	CMEI ROSALVO MACHADO NEVES	-------
31273422	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO MACHADO DOS REIS	----------

Anos iniciais do Ensino Fundamental: 10

Indique na tabela seguir o número de matrículas em tempo integral efetivamente criadas conforme sua distribuição na etapa: **Anos iniciais do Ensino Fundamental**.

ESCOLA em Tempo Integral

Vargem Alegre - MG

INEP	ESCOLA	DECLARAR MATRÍCULAS 2024
31363278	CMEI ROSALVO MACHADO NEVES	----------
31273422	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO MACHADO DOS REIS	30

Dessas matrículas, há alunos na modalidade Educação Especial? SIM ( ) NÃO (x)

Quantos?

Em qual(is) Escola(s) acima, foram pactuadas estas matrículas? ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO MACHADO DOS REIS

ANEXO II

ESCOLA em Tempo Integral | Vargem Alegre - MG

Apresentação | Política | Pactuação | Redistribuição | Declaração de matrículas | Eixo Formar

Sitação da declaração de veracidade: Aceita

modulo=principal/modulo/principal&acao=A&esfera=M&muncod=3170578&submodulo=politica

ORIENTAÇÃO

1. Nesta seção, a secretaria deverá informar a existência de uma Política de Educação em tempo integral e da respectiva norma exarada pelo Conselho de Educação que aprecie a Política (lembrando que, caso o ente não possua Conselho Municipal, a norma poderá ser apreciada pelo Conselho Estadual).

2. Essa informação se dará por meio do Upload de dois documentos, sendo um o PDF com a Política (cópia do Diário Oficial ou outro documento comprobatório); e o outro um PDF com a norma exarada pelo Conselho (cópia do ato).

3. Na hipótese de, neste momento, a Secretaria não contar com a Política e a norma exarada pelo Conselho, deve marcar o campo NÃO para a pergunta a seguir e lembrar-se de que o prazo para entrega é de 06/05/2024, conforme prorrogação do cronograma inicial feito pela Portaria N. 64, de 26 de dezembro de 2023.

O ente federado possui Política de Educação em Tempo Integral na perspectiva da educação integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394/1996, apreciada por seu Conselho de Educação, nos termos do artigo 6º da Portaria nº 1.495, de 2023?

- ○ Sim
- ○ Não

Upload da Política de Educação em Tempo Integral, em formato pdf.

Buscar Arquivos: Decreto_tempo_integral (1).pdf.pdf

Upload da Norma exarada pelo Conselho de Educação, em formato pdf.

Buscar Arquivos: Parecer.pdf.pdf

Salvar Upload

		Nome do Arquivo	Tipo do Upload
🗑	⬇	Decreto_tempo_integral (1).pdf	Upload da Política de Educação em Tempo Integral
🗑	⬇	Parecer.pdf	Upload da Norma exarada pelo Conselho de Educação

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

- ☑ Declaro que as matrículas pactuadas e criadas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral ocorrerão em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 1996, e concebidas para oferta em jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral.
- ☑ Declaro que as matrículas pactuadas e criadas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral priorizarão as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
- ☑ Declaro que serão utilizados mecanismos de identificação e priorização na distribuição de matrículas às escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social e aos estudantes em condição de vulnerabilidade social.

✓ LI E CONCORDO COM A DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Data: 30/04/2024 - 11:27:03 | **Último acesso:** 30/04/2024

CERTIDÃO
Certifico e dou fé que na data abaixo, publiquei o(a) presente Decreto 075 / 025 no quadro de Avisos da Prefeitura Municipal (localizado no átrio), que é imprensa oficial do Município de Vargem Alegre/MG, conforme disposto na Lei Municipal nº 436/2013, dando a devida publicidade para que surta os devidos efeitos legais.
Vargem Alegre, 10 de DEZ de 2024

Decreto nº 075 de 10 de dezembro de 2024.

Instaura processo de seleção para provimento de cargos de gestores escolares, para fins de cumprimento de condicionalidade referente à distribuição da complementação VAAR FUNDEB e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Vargem Alegre, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que a Constituição da República de 1988, estabelece em seu artigo 212 A, inciso V, alínea "c", incluído pela Emenda Constitucional n.º 108/2020, que uma das complementações da União no âmbito do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação será distribuída na proporção de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

Considerando a previsão contida no art. 5º, inciso III e art. 14, § 1º, inciso I da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020 a qual regulamenta o FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial no que se refere ao cumprimento da condicionalidade referente ao provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

Considerando que o Decreto n.º 10.656 de 22 de março de 2021, o qual regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o FUNDEB, estabelece em seu art. 43, inciso I, § 1º, que a condicionalidade referente ao provimento do cargo ou da função de gestor

escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar entre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho deve constar na legislação local;

Considerando que a Lei Municipal n.º 347 de 29 de dezembro de 2008, a qual dispõe sobre o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar para fins de gestão das unidades escolares municipais, o qual é de recrutamento amplo e tem como requisito mínimo o curso superior completo na área de educação;

Considerando que o Decreto Municipal n.º 34 de 31 de agosto de 2022, regulamenta, em âmbito municipal, a indicação qualificada ao cargo de Diretor Escolar a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho e dá outras providências;

Considerando que compete à Comissão Intergovernamental de Financiamento da Educação Básica de Qualidade – CIF, aprovar as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão e dos indicadores para fins de distribuição da complementação VAAR às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2025, o que foi estabelecido nos termos da Resolução n.º 03 de 01 de julho de 2024;

Considerando que nos termos da Recomendação Conjunta MPC-MG n.º 001/2022, expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, o montante de recursos referentes à complementação do FUNDEB VAAR *"é certamente significativo e não pode ser desprezado pelo Estado ou qualquer município de Minas Gerais, sobretudo quando ensino público ainda ostenta índices educacionais aquém do ideal e os entes se encontram em déficit com diversas metas impostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE)"*;

Considerando que nos termos da referida Recomendação Conjunta MPC-MG n.º 001/2022, *"a perda de receita pública destinada ao financiamento de serviço tão essencial como ensino básico em razão da inobservância de normas constitucionais e legais pelo gestor público, seja por sua desídia ou pela desorganização administrativa do ente, pode ensejar*

diversas sanções judiciais e/ou administrativas de natureza pessoal e institucional, com destaque para a rejeição das contas anuais de governo e o julgamento irregular das contas de gestão";

Decreta:

Art. 1° Fica instaurado, nos termos do Edital constante do anexo único do presente Decreto, o processo de seleção para provimento de cargos de gestores escolares, para fins de cumprimento de condicionalidade referente à distribuição da complementação VAAR FUNDEB, observadas as disposições previstas na Lei Municipal n.° 347 de 29 de dezembro de 2008 referentes ao cargo de Diretor Escolar e no Decreto Municipal n.° 34 de 31 de agosto de 2022.

Art. 2° O processo de seleção para provimento de cargos de gestores escolares deverá observar os seguintes critérios técnicos de mérito e desempenho:

I – Formação em nível superior na área de educação;

II – Pelo menos 3 (três) anos de experiência na área educacional;

III - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV – Não estar, nos cinco anos anteriores à data da escolha para o cargo, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

V - Capacidade de liderança;

VI - Habilidade em trabalhar em equipe;

VII - Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos;

VIII - Capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Vargem Alegre, 10 de dezembro de 2024.

MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682

Assinado de forma digital por MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Dados: 2024.12.16 09:19:32 -03'00'

Maria Cecília Costa Garcia
Prefeita Municipal

- Anexo Único -

PROCESSO DE SELEÇÃO GESTORES ESCOLARES

EDITAL N° 01/2024

1 - OBJETIVOS

1.1 – Processo de seleção para provimento de cargos de gestores escolares, para fins de cumprimento de condicionalidade referente à distribuição da complementação VAAR FUNDEB, observadas as disposições previstas na Lei Municipal n.º 347 de 29 de dezembro de 2008 referentes ao cargo de Diretor Escolar e no Decreto Municipal n.º 34 de 31 de agosto de 2022.

1.2 – O Executivo, em observância ao princípio da gestão democrática do ensino público, consagrado no inciso VI do art. 206 da Constituição da República de 1988 e no inciso VIII do art. 3 da Lei 9.394/96, observará a lista de candidatos credenciados por meio do presente Processo de Seleção.

1.3 - Poderão participar do Processo de Seleção ao cargo de Diretor Escolar, os profissionais docentes ou de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico.

2 – ATRIBUIÇÕES

2.1 – O profissional designado deverá desenvolver/executar as atribuições previstas para o cargo conforme a respectiva Lei de criação.

3 – QUALIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

3.1 - O candidato deverá possuir cumulativamente, como requisitos essenciais e indispensáveis, os requisitos gerais constantes da Lei Municipal n.º 347 de 29 de dezembro de 2008 referentes ao cargo de Diretor Escolar e atender aos critérios técnicos de mérito e desempenho previstos no Decreto Municipal n.º 34 de 31 de agosto de 2022.

3.2 – A comprovação de tempo de experiência na área educacional ocorrerá mediante a apresentação de cópia e respectivo original para autenticação por servidor público do Município, do ato de nomeação para

os servidores ocupantes de cargos efetivos, de cópia (a) do (s) contrato (s), para o servidor contratado na forma do art. 37, IX, da CF/88 e, ainda, de CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, podendo, em qualquer caso, ser realizada a comprovação mediante apresentação de certidão expedida pelo respectivo órgão de pessoal.

3.3 - Poderão participar desta seleção todas as pessoas físicas interessadas que atenderem às suas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital de designação, sendo vedada a participação de pessoas jurídicas.

3.4 - O candidato deve arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos, não sendo devida nenhuma indenização pela realização de tais atos.

3.5 - O candidato deve gozar de boa saúde física e mental, comprovada em exame médico, no momento da nomeação.

3.6 – Para fins de seleção e habilitação dos candidatos inscritos no presente Processo, serão verificados o atendimento aos seguintes critérios técnicos de mérito e desempenho:

3.6.1 – Formação em nível superior na área de educação;

3.6.2 – Pelo menos 3 (três) anos de experiência na área educacional;

3.6.3 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

3.6.4 – Não estar, nos cinco anos anteriores à data da escolha para o cargo, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

3.6.5 - Capacidade de liderança;

3.6.6 - Habilidade em trabalhar em equipe;

3.6.7 - Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos;

3.6.8 - Capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

3.7 – Serão credenciados para compor lista de candidatos ao cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar, para fins de livre nomeação pelo Executivo, em observância ao disposto nos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal, todos os candidatos habilitados no presente processo de seleção.

4 – DA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO E RESPECTIVAS COMPROVAÇÕES

4.1 - Local: Secretaria Municipal de Educação, no endereço sito na Rua José Rodrigues Campos, n.º 53, Vargem Alegre MG.

Período: **16/12/2024 a 15/01/2025.**

Horário: **08h às 11h e de 13h às 16h.**

4.2 - Os candidatos deverão apresentar a qualificação exigida mediante apresentação de documentos hábeis na forma do presente Edital e da legislação vigente e, ainda, dos seguintes documentos, observado os itens 3.1 e 3.2:

4.2.1 - Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo TSE;

4.2.2 - Certidão de quitação militar ou certificado de reservista (candidatos do sexo masculino);

4.2.3 – Ficha de Antecedentes Criminais (FAC);

4.2.4 - Comprovante de escolaridade correspondente ao nível superior na área de educação;

4.2.5 - Cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto com previsão legal de substituir a carteira de identidade;

4.2.6 – Em observância aos princípios do julgamento objetivo, impessoalidade, isonomia, razoabilidade e moralidade, os quesitos referentes à capacidade de liderança, habilidade em trabalhar em equipe, capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos e capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros serão avaliados pela Secretaria Municipal de Educação em até 90 (noventa) dias da nomeação do candidato credenciado no presente processo.

4.2.7 – Para habilitação nos quesitos constantes do item 4.2.6 do presente Edital, o profissional deverá obter pontuação percentual maior ou igual a 70% (setenta por cento), apurado pela média aritmética da pontuação obtida em cada um dos quesitos avaliados, em avaliação realizada por comissão composta por membros da Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais e Conselho Municipal de Educação ou Conselho do Fundeb.

4.2.8 – O profissional que não for habilitado nos quesitos constantes do item 4.2.6 do presente Edital, poderá, a critério do Executivo, ser novamente avaliado em até 90 (noventa) dias da data do resultado da primeira apuração.

4.2.9 – Na hipótese de não habilitação do profissional após a realização da nova avaliação prevista no item 4.2.8, o Executivo poderá proceder à exoneração do Diretor Escolar e nomeação de novo candidato constante da lista de credenciados ao exercício do respectivo cargo, em

homenagem aos princípios da gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade.

5 - FORMA DE REMUNERAÇÃO

5.1 - O valor mensal bruto do vencimento a ser pago ao Diretor Escolar será aquele indicado no Anexo II deste edital, em conformidade com o estabelecido na legislação municipal em vigor.

6 - LOCAL E HORÁRIO DE TRABALHO

6.1 - O profissional será lotado em conformidade com o estabelecido no instrumento de nomeação, podendo haver alteração a qualquer tempo, no interesse do serviço público e em conformidade com o que estabelece os incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal

7 – DURAÇÃO

7.1 – O cargo de Diretor Escolar, por possuir atribuições de direção, chefia e assessoramento, trata-se de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Executivo, em observância ao disposto nos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal.

7.2 – O presente Processo de Seleção terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

8 – RECURSOS:

8.1 - Caberá recurso em todas as fases do Processo de Seleção.

8.2 - O início e o término do prazo de apresentação de recursos somente ocorrerão nos dias em que houver expediente nas Repartições Públicas Municipais, aplicáveis, no que couberem, as normas do Código de Processo Civil na contagem dos prazos.

8.3 - O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem sobre a identidade do recorrente e seu respectivo número de inscrição.

8.4 - Os recursos serão protocolizados junto à Secretaria Municipal de Educação.

8.5 - Serão rejeitados liminarmente os recursos protocolizados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

9 – DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 – A nomeação para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar, será efetivada por ato do Prefeito Municipal.

9.2 - Será exonerado por ato do Prefeito Municipal o servidor ocupante do cargo em comissão de Diretor Escolar que, no exercício do cargo, tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da escola, devidamente comprovados em processo administrativo, em que sejam assegurados o contraditório e ampla defesa.

9.3 – Integram o presente Edital os Anexos I, II, III, IV.

9.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682

Assinado de forma digital por MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Dados: 2024.12.16 09:19:53 -03'00'

Maria Cecília Costa Garcia
Prefeita Municipal

ANEXO I
Edital 01/2024 – Cargo

Item	Denominação	Tipo
01	Diretor Escolar	Cargo de Provimento em Comissão

ANEXO II
Edital 01/2024 - Relação de Pré-requisitos Específicos e Vencimentos

Item	Denominação	Vencimento Mensal (R$)	Critérios Técnicos de Mérito e Desempenho
01	Diretor Escolar	R$ 2.396,37	Formação em nível superior na área de educação; Pelo menos 3 (três) anos de experiência na área educacional; Estar em dia com as obrigações eleitorais; Não estar, nos cinco anos anteriores à data da escolha para o cargo, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória; Capacidade de liderança; Habilidade em trabalhar em equipe; Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos; Capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

ANEXO III
Edital 01/2024 - Calendário de Atividades

Descrição	Período
Publicação do edital	**Obs. Até 13/12/2024**
Inscrições e entrega dos documentos dos candidatos	16/12/2024 até 15/01/2025
Verificação de documentos	16/01/2025 até 17/01/2025
Divulgação resultado preliminar – Lista de Credenciados	20/01/2025
Prazo para interposição de eventuais recursos	21/01/2025 e 22/01/2025
Divulgação julgamento recursos	24/01/2025
Divulgação resultado definitivo – Lista de Credenciados	27/01/2025
Homologação Designação	28/01/2025

Anexo IV
Edital 01/2024 - Ficha de Inscrição e Comprovante

INSCRIÇÃO N.º _____/2024

Cargo: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Endereço: _____

_____

Telefones: _____

E-mail: _____

Cópias de Documentos Protocolizados Junto ao Formulário:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Vargem Alegre, _____ de _____ de 2024.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Assinatura do Servidor Responsável pela Inscrição

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO N.º _____/2024

Processo de Seleção - Edital n.º01/2024

Cargo: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

_____

Assinatura do Servidor Responsável pela Inscrição

II – Pelo menos 3 (três) anos de experiência na área educacional;

III - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV – Não estar, nos cinco anos anteriores à data da escolha para o cargo, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

V - Capacidade de liderança;

VI - Habilidade em trabalhar em equipe;

VII- Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos;

VIII- Capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Vargem Alegre/MG, 22 de julho de 2025.

Maria Cecília Costa Garcia
Prefeita Municipal

MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Assinado de forma digital por MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Dados: 2025.07.22 10:29:55 -03'00'

3.3 - Poderão participar desta seleção todas as pessoas físicas interessadas que atenderem às suas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital de designação, sendo vedada a participação de pessoas jurídicas.
3.4 - O candidato deve arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos, não sendo devida nenhuma indenização pela realização de tais atos.
3.5 - O candidato deve gozar de boa saúde física e mental, comprovada em exame médico, no momento da nomeação.
3.6 – Para fins de seleção e habilitação dos candidatos inscritos no presente Processo, serão verificados o atendimento aos seguintes critérios técnicos de mérito e desempenho:
3.6.1 – Formação em nível superior na área de educação;
3.6.2 – Pelo menos 3 (três) anos de experiência na área educacional;
3.6.3 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
3.6.7 – Não estar, nos cinco anos anteriores à data da escolha para o cargo, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;
3.6.8 - Capacidade de liderança;
3.6.9 - Habilidade em trabalhar em equipe;
3.6.10 - Capacidade de organização de rotinas e de solução de conflitos;
3.6.11 - Capacidade de gerenciar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.
3.7 – Serão credenciados para compor lista de candidatos ao cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar, para fins de livre nomeação pelo Executivo, em observância ao disposto nos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal, todos os candidatos habilitados no presente processo de seleção.

4 – DA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO E RESPECTIVAS COMPROVAÇÕES

4.1 - Local: Secretaria Municipal de Educação, no endereço sito na Rua José Rodrigues Campos , n.º53, Centro. Vargem Alegre - MG.
Período: **29/07/2025 a 04/08/2025.**
Horário: **08h às 11h e de 13h às 17h.**
4.2 - Os candidatos deverão apresentar a qualificação exigida mediante apresentação de documentos hábeis na forma do presente Edital e da legislação vigente e, ainda, dos seguintes documentos, observado os itens 3.1 e 3.2:
4.2.1 - Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo TSE;
4.2.2 - Certidão de quitação militar ou certificado de reservista (candidatos do sexo masculino);
4.2.3 – Ficha de Antecedentes Criminais (FAC);
4.2.4 - Comprovante de escolaridade correspondente ao nível superior na área de educação;
4.2.5 - Cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto com previsão legal de substituir a carteira de identidade;

CERTIDÃO
Certifico e dou fé que na data abaixo, publiquei o(a) presente DECRETO 042/25 no quadro de Avisos da Prefeitura Municipal (localizado no átrio), que é a imprensa oficial do Município de Vargem Alegre/MG, conforme disposto na Lei Municipal nº 438/2013, dando a devida publicidade para que surta os devidos efeitos legais.
Vargem Alegre, 22 de JULHO de 2025

Decreto nº 042 de 22 de julho de 2025.

Instaura processo de seleção para provimento de cargos de gestores escolares, para fins de cumprimento de condicionalidade referente à distribuição da complementação VAAR FUNDEB e dá outras providências.

A Prefeito do Município de Vargem Alegre, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que a Constituição da República de 1988, estabelece em seu artigo 212 A, inciso V, alínea "c", incluído pela Emenda Constitucional n.º 108/2020, que uma das complementações da União no âmbito do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação será distribuída na proporção de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

Considerando a previsão contida no art. 5º, inciso III e art. 14, § 1º, inciso I da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020 a qual regulamenta o FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial no que se refere ao cumprimento da condicionalidade referente ao provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

Considerando que o n.º 10.656 de 22 de março de 2021, o qual regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o FUNDEB, estabelece em seu art. 43, inciso I, § 1º, que a condicionalidade referente ao provimento do cargo ou da função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar entre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho deve constar na legislação local;

Considerando que a Lei Municipal n.º 347 de 29 de dezembro de 2008, a qual dispõe sobre o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar para fins de gestão

8 – RECURSOS:

8.1 - Caberá recurso em todas as fases do Processo de Seleção.
8.2 - O início e o término do prazo de apresentação de recursos somente ocorrerão nos dias em que houver expediente nas Repartições Públicas Municipais, aplicáveis, no que couberem, as normas do Código de Processo Civil na contagem dos prazos.
8.3 - O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem sobre a identidade do recorrente e seu respectivo número de inscrição.
8.4 - Os recursos serão protocolizados junto à Secretaria Municipal de Educação.
8.5 - Serão rejeitados liminarmente os recursos protocolizados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

9 – DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 – A nomeação para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar, será efetivada por ato do Prefeito Municipal.
9.2 - Será exonerado por ato do Prefeito Municipal o servidor ocupante do cargo em comissão de Diretor Escolar que, no exercício do cargo, tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da escola, devidamente comprovados em processo administrativo, em que sejam assegurados o contraditório e ampla defesa.
9.3 – Integram o presente Edital os Anexos I, II, III, IV e V.
9.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682

Assinado de forma digital por MARIA CECILIA COSTA GARCIA:70082740682
Dados: 2025.07.22 10:32:26 -03'00'

Maria Cecília Costa Garcia
Prefeita Municipal